

Ainda Invisíveis? Eleições 2018 e a Questão Indígena no Twitter

Marcus Abílio Gomes Pereira
Universidade Federal de Minas Gerais

Maria Alice Silveira Ferreira
Universidade Federal de Minas Gerais

1 Introdução

Em pleno século XXI ainda vivemos em um país onde há um grande desconhecimento por parte considerável da população brasileira sobre as reais condições de existência de um grupo social historicamente explorado e silenciado: os povos indígenas. Passados 196 anos da proclamação da independência do Brasil, ainda mantemos traços coloniais que reforçam o preconceito racial e étnico, dificultando o reconhecimento das populações indígenas, afrodescendentes e outros grupos minoritários¹.

Estas características da sociedade brasileira são decorrentes da manutenção da matriz de poder colonial, manifestada na exploração e dominação dos povos não europeus pelos povos dos países assim chamados de centrais. Por mais que parte da sociedade brasileira sustente a ausência do racismo em nosso país, o reconhecimento da hierarquização étnico-racial das populações permite a desconstrução do argumento hegemônico de que com os processos de independência das ex-colônias estejamos vivendo um período “pós-colonial”.

Este cenário fomentou o desenvolvimento de estratégias de luta destes povos, com a promoção de ocupações e passeatas para dar visibilidade às suas causas². Para além destas iniciativas de mobilização, os povos indígenas também têm procurado se articular para o lançamento de candidaturas para ocupação de cargos eletivos. Desde os anos 1980 temos presenciado um aumento no número de indígenas eleitos em pleitos municipais, assim como o aumento de candidaturas destes povos para a disputa de cargos estaduais e federais (Codato, Lobato e Castro, 2017; Paula, 2017). Para as eleições de outubro de 2018, teve-se o lançamento inédito da candidatura para a vice-presidência pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) de Sônia Bone Guajajara, indígena do povo Guajajara.

Dentro do campo do movimento indígena temos também um conjunto de atores não indígenas que se organizam em organizações não-governamentais (ONGs) ou que estão vinculados a entidades governamentais que buscam dar visibilidade e apoio à causa destes povos originários, através da veiculação de notícias relacionadas aos indígenas em seus perfis nos sites de redes sociais.

¹ De acordo com o censo de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) “em média, os brancos têm os maiores salários, sofrem menos com o desemprego e são maioria entre os que frequentam o ensino superior”, enquanto que “os indicadores socioeconômicos da população preta e parda, assim como os dos indígenas, costumam ser bem mais desvantajosos” (IBGE, 2018).

² No período entre janeiro de 2015 até maio de 2018 constatamos a realização por parte dos povos indígenas de um total de 131 mobilizações na busca pela garantia de seus direitos. Estes dados foram produzidos a partir de uma busca com a palavra-chave “manifestação” no acervo do Banco de Notícias do Instituto Socioambiental.

Neste contexto, este artigo³ se propõe a descrever como podemos entender as redes associativas que determinam as relações mais ou menos estáveis entre atores (indivíduos, grupos e instituições) que a princípio defenderam a causa indígena no pleito eleitoral de 2018. Para tanto, analisaremos conexões baseadas em relações de perfis e seguidores no Twitter. Para análise, foram coletadas informações neste site a partir de uma rede composta de 25 de atores que defenderam pautas relacionadas à causa indígena durante o mês de junho de 2018, período que englobou a pré-campanha eleitoral.

O trabalho está dividido em seis partes, incluindo esta Introdução. Na segunda, resumimos a participação dos povos indígenas nos períodos eleitorais no Brasil desde a década de 1970 e as expectativas para o pleito de 2018 em relação à participação destes povos. Na terceira, discorreremos sobre eleições e internet, as agendas de pesquisa existentes e como este trabalho se encaixa neste campo de investigação. Na quarta parte apresentamos a metodologia de pesquisa e os resultados. Em seguida promovemos uma discussão sobre os achados e, por último, apresentamos algumas conclusões parciais.

2 Povos Indígenas e eleições no Brasil

Passados 196 anos da proclamação da independência do Brasil, ainda encontramos em nossa sociedade traços coloniais que mantêm o preconceito racial e étnico e dificultam o reconhecimento das populações indígenas, dos afrodescendentes e outros grupos minoritários. Mesmo sofrendo violências continuamente, são estes grupos que têm procurado resistir à sua total dissolução pelo liquidificador modernizante do Ocidente (Viveiros de Castro, 2010, p. 15).

A manutenção de um padrão de poder, baseado na hierarquização racial/étnica que opera na vida social em diferentes planos, meios e dimensões materiais e subjetivas (Quijano, 2000, p. 84) acaba por tornar alguns grupos sociais dispensáveis dentro da lógica de dominação presente nas sociedades contemporâneas.

Com a independência jurídico-política de ex-colônias, saímos de um período de “colonialismo global” para entrar num período de “colonialidade global” que se articula em torno de dois elementos: raça, entendida como uma categoria mental da modernidade, e o capitalismo, a nova estrutura de controle do trabalho (Grosfoguel, 2008, p. 126). A construção da ideia de raça surge junto com a ocupação da América, baseada em supostas diferenças biológicas entre grupos, o que acabou por definir relações sociais hierárquicas entre os assim denominados índios, negros e mestiços e os brancos europeus, servindo como instrumentos de classificação social da população. Por sua vez, o segundo elemento se baseia na relação capital-salário, que permitiu as formas de controle e exploração do trabalho e do controle da produção-apropriação-distribuição dos produtos (Quijano, 2005).

Nas últimas décadas, o Brasil viveu um ciclo de crescimento baseado no *boom* das *commodities*, tendo o governo federal adotado um modelo de desenvolvimento baseado na exportação de recursos naturais e no agronegócio, o que Maristella Svampa definiu como o consenso das *commodities* (Svampa, 2013). Foram adotadas políticas de redistribuição de renda e valorização do salário mínimo,

³ Este texto é o primeiro resultado parcial da pesquisa “Entre a violência e as redes – as eleições de 2018 e a questão indígena na internet” que tem por objetivo analisar como a questão indígena foi abordada antes e durante a campanha eleitoral de 2018 nos sites de redes sociais Twitter e Facebook. Nesta pesquisa buscamos trabalhar com os discursos que trataram das questões indígenas nestas plataformas digitais, observando o padrão de reprodução dos mesmos por atores que são pró e contra a causa indígena.

resultando na melhoria de vida de milhares de pessoas (Lima, 2010). Apesar destes avanços, observou-se uma contínua violação dos direitos dos povos indígenas no país. No ano de 2015, em seu relatório sobre a violência contra os povos indígenas (CIMI, 2015), o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) afirmou que,

a ofensiva sobre os direitos indígenas realizada pelos Três Poderes, e protagonizada especialmente pela bancada ruralista no Congresso Nacional, assim como pelo Executivo em relação à omissão nas demarcações de terras, é diretamente responsável pela permanência do quadro de severa violência e violações aos povos indígenas no Brasil, assim como pelo agravamento dos cruéis ataques no Mato Grosso do Sul (CIMI, n.p., 2015).

Apesar de vivermos em um país pluriétnico⁴, o Brasil é um país majoritariamente não indígena. Desta forma, *quais seriam as estratégias desenvolvidas pelo movimento indígena com o intuito de alcançar uma maior visibilidade para suas causas?*

Uma das estratégias adotada pelo movimento indígena nas últimas décadas foi o apoio à candidatura de Luís Inácio Lula da Silva à presidência no pleito de 2002. Naquele ano, os povos, organizações e entidades indígenas decidiram apoiar o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), visto como a melhor opção para lidar com as questões indígenas. Apesar deste apoio, com a chegada de Lula ao poder não houve nenhuma iniciativa efetiva do governo para a estruturação e valorização da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Em resposta à falta de apoio do governo federal, foi criado em 15 de abril de 2004 o primeiro Acampamento Terra Livre (ATL) no gramado da Esplanada dos Ministérios em Brasília, com o objetivo de pressionar o governo a homologar a terra indígena “Raposa do Sol” em Roraima, bem como evitar retrocessos em relação à conquista de direitos dos povos indígenas garantidos pela carta magna de 1988.

Quatorze anos depois do primeiro ATL, a temática dos povos indígenas tem adentrado a esfera pública com mais contundência, seja a favor ou contra suas demandas. Em 23 de abril de 2018 foi realizada a sua 15ª edição no Memorial dos Povos Indígenas em Brasília. Com a participação de aproximadamente 3.500 indígenas, representantes dos mais de 305 povos indígenas de todas as regiões do país, o encontro tornou público o “Documento final do ATL 2018”. A pauta de reivindicações apresentada no documento representa os principais anseios do movimento. Entre as várias questões levantadas, podemos citar: manutenção e retomada de diferentes programas sociais voltados especificamente para os povos indígenas e que se encontram ameaçados pelo então governo de Michel Temer; demarcação e proteção de todas as terras indígenas; garantia da defesa dos direitos fundamentais dos povos indígenas assegurados pela Constituição Federal (CF) e os tratados internacionais assinados pelo Brasil; e fim da violência, da criminalização e discriminação contra os povos e lideranças indígenas (CIMI, 2018).

Um dos espaços em que a disputa pelas questões indígenas se tornou mais explícita foi no Poder Legislativo. No parlamento federal, temos a bancada ruralista, composta por 207 parlamentares na Câmara dos Deputados (Agência Pública, 2016) e no Senado contando com 32 parlamentares, organizados na Frente Parlamentar Agropecuária (FPA) com o claro objetivo de fortalecer o desenvolvimento do agronegócio. Como exemplo da capacidade de articulação nos últimos anos desta frente contra os interesses dos povos indígenas, podemos citar a aprovação da lei do Novo Código

⁴ O número de indígenas hoje no Brasil chega a aproximadamente 900.000 pessoas, de 305 diferentes etnias e que falam 274 línguas (Governo Federal, 2012).

Florestal (NCF) em 2012, que flexibilizou a legislação que regulamenta a conservação e o reflorestamento de “Áreas de Preservação Permanente” (APP); reduziu as áreas de “Reserva Legal” (RL); e anistiou as multas dos que desmataram APP e áreas de RL até 22 de julho de 2008. Outro exemplo é a PEC 215, que definiu novas regras para a demarcação de terras indígenas e foi aprovada no Plenário da Câmara. A principal mudança proposta por esta PEC é a de transferir a responsabilidade das demarcações de terras indígenas do Executivo para o Congresso Nacional⁵. Por último, o presidente Michel Temer publicou o Parecer AGU n. 001/2017, que tenta impor a tese do marco temporal para retardar os processos de demarcação de terras indígenas e, em determinados casos, até mesmo para a anulação de demarcações já realizadas.

É neste contexto adverso que o movimento indígena brasileiro busca a manutenção e a garantia dos seus direitos, definidos pela CF de 1988. Uma das estratégias adotadas pelo movimento tem sido a participação nos processos político-eleitorais brasileiros⁶.

Paula (2017) buscou sistematizar a coleta de dados sobre a participação de indígenas em processos eleitorais (candidaturas para prefeitos, vices e vereadores) baseando-se em estudos etnográficos com participação indígena. Segundo o autor, entre 1976 e 2016 houve um crescimento do número de indígenas eleitos para os Legislativos e Executivos municipais, começando com apenas sete eleitos em 1976 e chegando a um total de 583 indígenas eleitos (prefeitos, vices e vereadores) no ano de 2016.

Em nossa pesquisa também compilamos dados sobre a participação indígena nas eleições; os números são muito próximos aos encontrados por Paula (2017), havendo algumas poucas divergências. Os dados que temos sobre indígenas eleitos são de fontes dispersas⁷ e têm início em 2000, quando foram eleitos 88 indígenas, sendo um prefeito, sete vices e 80 vereadores (Agência Folha, 2004). Nas eleições municipais de 2004, foram eleitos 44 indígenas em seis estados da Amazônia Legal: dois prefeitos, três vice-prefeitos e 39 vereadores. Já nas eleições de 2008 tivemos 78 eleitos dentro de um universo de 350 indígenas buscando sua eleição para vagas nas eleições municipais (Rufino, 2008). Importante ressaltar que a maior parte dos indígenas eleitos (aproximadamente 70%) concorreu a cargos em municípios com menos de 10.000 habitantes dentro de terras indígenas. Nas eleições de 2012, os povos indígenas conseguiram eleger 98 candidatos (nove para cargos no Executivo – cinco prefeitos e quatro vice-prefeitos – e 89 no Legislativo – 80 vereadores e nove vereadoras) (Insituto Socioambiental, 2018). Em 2016 ocorreu um aumento do número de indígenas eleitos, com 117 candidatos eleitos para vereador, prefeito e vice-prefeito, por diferentes partidos políticos, sendo a grande parte oriunda das regiões norte e nordeste (Castilho, 2016).

Outro trabalho relevante para a discussão proposta é o de Codato, Lobato e Castro (2016) que buscou examinar características das 73 candidaturas indígenas (para deputado estadual, federal, distrital, senador, governador e vice-governador) nas eleições gerais de 2014, a partir de seus atributos

⁵ Para além desta mudança, a proposta determina a indenização aos proprietários de terras já demarcadas, proíbe sua ampliação e define a data da promulgação da Constituição Federal como o marco temporal para definição do que seriam terras ocupadas por indígenas ou quilombolas (Câmara Notícias, 2016).

⁶ Historicamente, a presença de indígenas nos processos eleitorais brasileiros tem como momento marcante a eleição do índio xavante Mário Juruna pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) em 1982, com 31 mil votos, representando o estado do Rio de Janeiro (RJ). Trata-se do único deputado federal indígena eleito em toda a história da democracia brasileira.

⁷ Os dados disponíveis sobre indígenas eleitos são muito dispersos, em função da dificuldade de definição de quais candidatos são indígenas, uma vez que até 2014 o IBGE não fazia registro dos candidatos por etnia.

sociais e políticos de forma comparativa com o universo mais amplo de candidaturas não indígenas. Deste total, apenas um candidato indígena foi eleito para deputado estadual⁸.

Para o pleito de 2018, um primeiro levantamento realizado pela Articulação dos Povos Indígenas (APIB, 2018) constatou a existência de ao menos 36 pré-candidatos autodeclarados indígenas para os cargos de deputado estadual, federal e senador (Benites, 2018). *Mas o que há de peculiar nas eleições de 2018 em relação às anteriores acima descritas?*

Para a última disputa presidencial se teve, por um lado, uma chapa composta por Jair Bolsonaro, pré-candidato pelo Partido Social Cristão (PSC) que se manifesta abertamente contra a existência de reservas indígenas⁹ e seu vice, o General da reserva Antônio Hamilton Mourão (PRTB), que afirmou que “o Brasil herdou a indolência dos indígenas e a malandragem dos africanos” (SPERB, 2018, n.p.); por outro, Sônia Guajajara, candidata indígena à co-presidência na chapa do PSOL, o que deu um caráter de ineditismo à disputa de 2018. A candidata, em um encontro realizado na UFMG em 14 de maio de 2018, justificou da seguinte forma a estratégia da candidatura de indígenas nos processos eleitorais:

Pensam que temos que viver lá no mato, mas tiram isto de nós... Mas temos que fazer o contraponto. Temos que ocupar outros espaços, as eleições. A gente não está começando. Estamos dando continuidade de nossa luta em outro lugar, para olharem para a gente e enxergar... Porque nos olham, mas não veem... (Guajajara, 2018, n.p.).

Além disso, houve uma grande expectativa em relação ao papel das mídias digitais no pleito de 2018. Nestas eleições tiveram-se candidatos presidenciais com pouco tempo de televisão, mas com uma grande penetração nas mídias sociais, tais como o deputado Jair Bolsonaro (PSL), com 7.218.801 de seguidores no Facebook, Twitter e Instagram somados, enquanto tinha aproximadamente menos de 1% do total do tempo em cada bloco do horário eleitoral do espaço de propaganda de TV e rádio, iniciada no dia 31 de agosto¹⁰.

Dessa forma, dois elementos tornaram estas eleições muito relevantes para a nossa pesquisa. Por um lado, em função da existência de duas chapas que, no decorrer da pré-campanha, manifestaram publicamente seus posicionamentos sobre a questão indígena. Por outro, o papel da internet e das mídias digitais colocou para os pesquisadores o desafio de compreender como estas temáticas foram devidamente trabalhadas nos sites de redes sociais durante o pleito eleitoral de 2018.

3 Campanhas eleitorais e internet

Não podemos negar a relação entre o fazer político e as tecnologias de informação e comunicação nas sociedades contemporâneas. Tanto nas esferas institucionais quanto não institucionais, a internet tem sido adotada como espaço de disputas simbólicas sobre a interpretação da realidade.

⁸ Jose Carlos Nunes da Silva, ou Nunes, eleito deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores do Espírito Santo na coligação PDT/PT (Codato *et al.*, 2016).

⁹ Em abril de 2017 Bolsonaro afirmou, no clube Hebraica do Rio de Janeiro, que “Pode ter certeza que se eu chegar lá (Presidência da República) não vai ter dinheiro pra ONG. Se depender de mim, todo cidadão vai ter uma arma de fogo dentro de casa. Não vai ter um centímetro demarcado para reserva indígena ou para quilombola” (Dolzan, 2017, n.p.).

¹⁰ Para o tempo de propaganda eleitoral gratuita, ver: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/alckmin-tera-44-da-tv-lideres-bolsonaro-e-marina-dependerao-da-internet.shtml>

Para o número de seguidores nas redes sociais, ver: <https://www.poder360.com.br/eleicoes/bolsonaro-lidera-ranking-de-seguidores-nas-redes-amoedo-tem-mais-engajamento/>

Nos últimos anos, acumulou-se o desenvolvimento de um conjunto de trabalhos que buscam investigar a adoção da internet nas estratégias de campanhas eleitorais, visando compreender os modos de funcionamento e as configurações das campanhas eleitorais digitais (Aggio, 2010; Braga *et al.*, 2017; Kriess, 2015; Barnard e Kriess, 2013). Podemos também afirmar, mais especificamente, que a partir dos anos 2000 se tornou fundamental reconhecer a importância das redes sociais digitais, entendidas como o *locus* de difusão de opiniões, interesses e políticas. Partidos, militantes, candidatos e eleitores têm adotado as plataformas sociais digitais, buscando alcançar os seus objetivos durante as campanhas eleitorais. Segundo Kriess (2015), estas ferramentas podem reforçar as práticas eleitorais já existentes, ao invés de modificá-las radicalmente.

Em nossa investigação muito nos interessou a forma com que os políticos e outros atores (militantes, apoiadores, opositores) se apresentam online e como utilizam estas tecnologias. Buscamos também analisar a dinâmica de interação destes atores e a constituição de suas respectivas redes de apoiadores, a partir da análise de redes (Recuero, Bastos e Zago, 2015; Santos, 2017).

Estes espaços de interação digital têm permitido o desenvolvimento de novos padrões de militância, contribuindo para o desenvolvimento e a renovação de novas formas de campanha eleitoral (Duarte, 2016), colaborando para a construção de conexões entre candidatos, voluntários, militantes e eleitores e promovendo a criação de redes de suporte às campanhas eleitorais e às causas que estas defendam (Vaccari, 2008; Kriess, 2015; Sánchez Duarte, 2015, 2016; Gibson, 2015). Interessante promover aqui uma distinção entre militantes formalmente vinculados a partidos políticos, que interagem através das redes com seus partidos e candidatos (Sanches-Duarte, 2014, 2016), e militantes não formais, que apoiam de forma espontânea alguma chapa eleitoral (Gibson, 2015; Santos, 2017). Neste sentido, relevante para os nossos objetivos o conceito proposto por Santos (2017) de campanha não oficial:

trata da expressão e do ativismo político-eleitoral por meio da criação e disseminação de mensagens por atores que se situam fora da estrutura partidária das alianças eleitorais e derivam seu capital comunicacional do potencial de gerar conteúdo, criar conexões em rede e atrair atenção nas plataformas digitais (Santos, 2017, p. 106).

As mídias sociais digitais permitem que cidadãos comuns e organizações sociais não vinculadas formalmente às campanhas oficiais possam se expressar e se engajar politicamente, reelaborando conteúdos advindos das mídias tradicionais e das campanhas eleitorais oficiais e partilhando suas visões com amigos e conhecidos (Cardon, 2012).

Quando realizamos esta distinção entre militantes vinculados formalmente ou não a campanhas eleitorais, surgiu um conjunto de novas dificuldades para o controle do processo eleitoral por parte dos candidatos e dos partidos. Se por um lado se tornou menos custoso mobilizar militantes e distribuir informações, por outro a perda de controle e a quebra de hierarquia dificulta para os *staffs* de campanha o controle do processo eleitoral. Como lidar com a perda do controle em relação à construção da imagem do candidato e das informações que adentrarão o espaço público? Como controlar quem deve falar pelo partido e pelo candidato? Fica claro, portanto, que para os atores envolvidos nos processos eleitorais, há mudanças relevantes na organização e na realização da campanha.

4 Procedimentos Metodológicos

Como já dito antes, a pesquisa que originou o presente artigo possui finalidade exploratória, com o objetivo de definir e descrever o objeto para aprofundamento de análises em futuros desdobramentos.

A coleta de dados para o nosso trabalho foi realizada durante o mês de junho de 2018, por meio de um *software* desenvolvido pelo Departamento de Ciência da Computação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Inicialmente, realizamos um mapeamento da rede de perfis no Twitter que, a princípio, seriam favoráveis à causa indígena. Os nós iniciais para este mapeamento foram: Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)¹¹, Instituto Sócio Ambiental (ISA)¹² e de Sônia Guajajara (candidata a co-presidência pelo PSOL).

Posteriormente, selecionamos mais 21 perfis no Twitter de grupos e indivíduos relacionados de alguma forma à causa indígena¹³, através do processo metodológico “bola de neve”. A escolha desses atores se deu a partir de informações e notícias relativas à temática indígena e ambiental, baseadas em textos científicos e notícias de jornais, além de pesquisa feita dentro dos sites de redes sociais Twitter e Facebook que, a partir de seus algoritmos, vão indicando potenciais amigos e/ou seguidores de determinados perfis. Dessa forma, coletamos uma rede de seguidores de cada perfil com profundidade 01 e unimos todas as redes em um grafo direcionado. Como resultado, construímos uma rede com 167.765 nós (perfis) e 182.298 arestas. Para visualizar a rede criada, utilizamos o *software* Gephi, responsável pelo cálculo de métricas e especializado em visualização e análise de redes. O *layout* da rede é orgânico, dado que se baseia em relações de força entre os nós (atração/repulsão).

O algoritmo utilizado foi o *ForceAtlas2*. A medida de centralidade utilizada foi o grau de entrada do nó (*indegree*), o que tornou o nosso grafo assimétrico (direcionado), pois temos um vértice (ou nó) que promove a conexão com outro vértice. Neste caso específico, a conexão se dá através da possibilidade de um perfil seguir outro perfil no Twitter. Os nós com maior tamanho indicam os perfis com maior grau de entrada – no caso, com maior número de seguidores. A seguir temos, primeiro, a matriz, que representa o conjunto de inter-relações entre os diversos elementos que são representados pelo grafo e logo depois o grafo, que é a representação desta matriz, onde os nós são apresentados como vértices e suas conexões como arestas (Recuero *et al.*, 2015, p. 45).

¹¹ APIB é uma instância de aglutinação e referência nacional do movimento indígena no Brasil. Fazem parte da APIB as seguintes organizações indígenas regionais: Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME), Conselho do Povo Terena, Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste (ARPINSUDESTE), Articulação dos Povos Indígenas do Sul (ARPINSUL), Grande Assembléia do povo Guarani (ATY GUASU), Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e Comissão Guarani Yvyrupa (APIB, 2018).

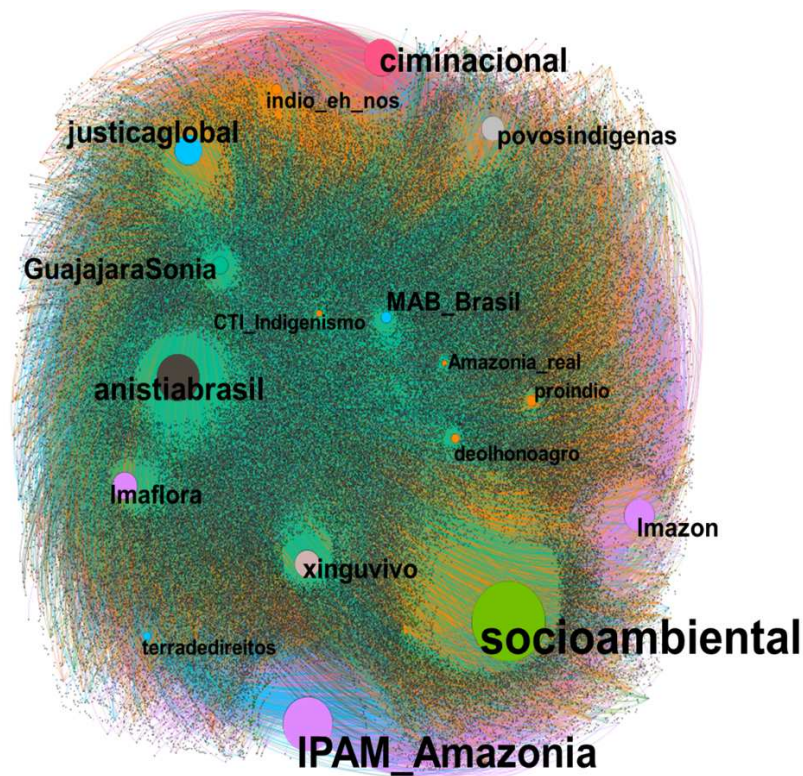
¹² O Instituto Socioambiental (ISA) é uma organização da sociedade civil brasileira, sem fins lucrativos, fundada em 1994, para propor soluções de forma integrada a questões sociais e ambientais com foco central na defesa de bens e direitos sociais, coletivos e difusos relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos (ISA, 2018).

¹³ Para um levantamento inicial, inserimos 24 atores que estão representados neste texto. No entanto, no decorrer da pesquisa, outros atores importantes para a causa indígena serão incorporados à rede.

Tabela 1: Matriz

Perfis	Seguidores
Socioambiental	32987
IPAM_Amazonia	22252
Anistiabrasil	19127
Ciminacional	15071
Imazon	13403
Justicaglobal	12115
Xinguvivo	11016
Imaflora	10981
Povosindigenas	10000
GuajajaraSonia	6762
MAB_Brasil	4242
Proindio	4172
Indio_oh_nos	4054
Deolhonoagro	3472
Terradedireitos	3197
CTI_Indigenismo	2422
amazonia_real	2170
RadioYande	1718
ApibOficial	1562
MNIndigena	1230
Cptba	411
JusticaTrilhos	292
edgar_kanaykon	109
InstitutoKabu	16

Grafo 1: Rede pró-indígena no Twitter



5 Discussão

Como afirmado na Introdução deste artigo, o objetivo da pesquisa foi o de identificar e descrever as redes associativas (ou de filiação) baseadas em relações mais ou menos estáveis a partir de conexões mantidas por ferramentas (mais especificamente o Twitter). Neste caso, são conexões baseadas em relações seguidos/seguidores. Os nós foram os perfis de usuários do Twitter (indivíduos, grupos e instituições) que defenderam a causa indígena e seus respectivos seguidores (que podem defender ou não a mesma causa). Assim, buscamos montar uma rede que seja pró-causa indígena para ser analisada antes da campanha eleitoral de 2018. Tivemos como objetivo compreender as estruturas sociais que se constituíram no Twitter¹⁴ durante a pré-campanha das eleições de 2018.

A partir deste primeiro levantamento feito sobre a rede indígena pudemos identificar que, dos 24 atores analisados, 14 fazem parte do movimento indígena, sendo que destes, quatro são organizações dos próprios indígenas, oito organizações são de não indígenas e duas são ativistas indígenas. Temos três movimentos que se auto-definem como vinculados ao movimento ambientalista e sete que atuam em uma área mais genérica de direitos humanos, englobando a defesa de minorias étnicas e de questões ambientais. A tabela 2 organiza os atores segundo sua área de atuação e origem étnica.

¹⁴ Optamos por analisar o Twitter pelo fato de a coleta de dados ser menos limitada que o Facebook, por exemplo. Esta opção não está isenta de limitações, uma delas relacionada ao perfil dos usuários deste site de rede social, que definitivamente não representa a população brasileira como um todo.

Tabela 2: Atores com número de seguidores, área de atuação e etnia

Colocação	Perfis	Seguidores	Área de atuação	Etnia
1	Socioambiental	32987	Mov. Indígena e Amb.	Outros
2	IPAM_Amazonia	22252	Mov. Amb.	Outros
3	Anistiabrasil	19127	Mov. DH	Outros
4	Ciminacional	15071	Mov. Indígena	Outros
5	Imazon	13403	Mov. Amb.	Outros
6	Justicaglobal	12115	Mov. DH	Outros
7	Xinguvivo	11016	Mov. Indígena	Outros
8	Imaflora	10981	Mov. Amb.	Outros
9	Povosindigenas	10000	Mov. Indígena	Outros
10	GuajajaraSonia	6762	Mov. Indígena	Indígena
11	MAB_Brasil	4242	Mov. DH	Outros
12	Proindio	4172	Mov. Indígena	Outros
13	Indio_eh_nos	4054	Mov. Indígena	Outros
14	Deolhonoagro	3472	Mov. DH	Outros
15	Terradedireitos	3197	Mov. DH	Outros
16	CTI_Indigenismo	2422	Mov. Indígena	Outros
17	amazonia_real	2170	Mov. Indígena	Outros
18	RadioYande	1718	Mov. Indígena	Indígenas
19	ApibOficial	1562	Mov. Indígena	Indígenas
20	MNIndigena	1230	Mov. Indígena	Indígenas
21	Cptba	411	Mov. DH	Outros
22	JusticaTrilhos	292	Mov. DH	Outros
23	edgar_kanaykon	109	Mov. Indígena	Indígenas
24	InstitutoKabu	16	Mov. Indígena	Indígenas

Dos vinte e quatro perfis analisados, apenas seis atores possuíram origem indígena, sendo que entre os 10 primeiros com o maior número de seguidores, apenas um ator de etnia indígena. Trata-se da candidata à co-presidência pelo PSOL Sonia Guajajara, que se encontra em décimo lugar. Treze atores da rede tiveram como foco a questão indígena, sendo que os outros lidaram com questões ambientais e direitos humanos.

Dos cinco atores com maior número de seguidores, três são ONGs socioambientais: o Instituto Socioambiental (ISA) com 32.987 seguidores, o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) com 22.252 seguidores e o Instituto Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), seguido por 13.403 usuários. Desses três, apenas o ISA trata também de questões de voltadas para a causa indígena. Os outros dois perfis são da Anistia Internacional, ONG internacional ligada à defesa de direitos humanos (19.127 seguidores) e do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), organização ligada à Igreja Católica, que apareceu com 15.071 seguidores.

Dos grupos voltados para a causa indígena aparecem, além do CIMI, os perfis XinguVivo (11.016), Povosindigenas (10.000), proindio (4.172), índio_eh_nos (4.054), CTI_Indigenismo (2.422), amazonia_real (2.170), RadioYande (1.718), APIBOficial (1.552), MNIndigena (1.230) e InstitutoKabu (16).

Gersem Baniwa (2012) promove uma distinção dentro do processo histórico de construção do movimento indígena e das agências que intermediavam as relações entre a sociedade dos brancos e dos povos indígenas. A primeira delas é marcada pela criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) em 1910 e sua posterior reformulação para se tornar a FUNAI, criada em 1967. Este período é marcado por uma forte tutela do Estado decorrente da percepção equivocada de uma suposta incapacidade dos indígenas.

No segundo período (por volta dos anos 1970), temos o denominado “Indigenismo não-governamental”, quando outros atores passam a interagir com os povos indígenas, dentre estes, ONGs ligadas a setores progressistas da academia e de organizações religiosas católicas e protestantes. As organizações aqui analisadas que fazem parte deste contexto foram o CIMI¹⁵ e o Centro de Trabalho Indigenista (CTI – Indigenismo)¹⁶, amazonia-real¹⁷, XinguVivo¹⁸, PovosIndigenas¹⁹, Instituto Socioambiental²⁰, Comissão Proindio²¹.

O último período chamado de “Indigenismo Governamental Contemporâneo”, de acordo com Baniwa (2012, p. 209), definiu-se temporalmente a partir da promulgação da CF de 1988 e é marcado pela ampliação da relação do Estado com os povos indígenas. Neste período, temos o aumento do protagonismo dos povos indígenas através de suas próprias lideranças políticas e de suas organizações. Dentre as aqui analisadas temos: índio_eh_nos²², RadioYande²³, APIBOficial²⁴, MNIndigena²⁵, instituto Kabu²⁶.

Podemos constatar que as organizações com maior número de seguidores são formadas por grupos de não indígenas, o que reforça o entendimento de que a luta pela causa indígena continua tendo também uma forte base nas ONGs ligadas à defesa do meio ambiente e direitos humanos.

Por fim, podemos também constatar que a rede foi composta majoritariamente por grupos e organizações, com exceção do perfil pessoal da candidata à co-presidência, Sônia Guajajara, com 6.762 seguidores e Edgar Kanaykon, com 109 seguidores. Não encontramos perfil no Twitter

¹⁵ Foi criado pela CNBB no ano de 1972 com o objetivo de lutar pelo direito à diversidade cultural dos povos indígenas. Busca fortalecer a autonomia destes povos na construção de projetos alternativos, pluriétnicos, populares e democráticos frente ao desrespeito a seus direitos e à tentativa de integração destes povos à sociedade majoritária (CIMI, 2018).

¹⁶ Associação sem fins lucrativos criada em 1979 por antropólogos e indigenistas (CTI, 2018).

¹⁷ O site da agência de jornalismo independente Amazônia Real entrou em atividade no dia 21 de outubro de 2013. É uma organização sem fins lucrativos, inscrita nos órgãos competentes e sediada em Manaus, no Amazonas (Amazonia Real, 2018).

¹⁸ O Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVPS) é um coletivo de organizações e movimentos sociais e ambientalistas da região de Altamira e das áreas de influência do projeto da hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, que historicamente se opuseram à sua instalação no rio Xingu (Xingu Vivo, 2018).

¹⁹ São pesquisadores, indigenistas, missionários, índios, médicos, jornalistas, fotógrafos, entre outros, que seguem apoiando o ISA nas atividades para dar visibilidade aos povos indígenas por meio de informações qualificadas (Povos Indígenas no Brasil, 2018).

²⁰ Uma organização da sociedade civil brasileira, sem fins lucrativos, fundada em 1994, para propor soluções de forma integrada a questões sociais e ambientais com foco central na defesa de bens e direitos sociais, coletivos e difusos relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos (ISA, 2018).

²¹ Foi fundada em 1978 por um grupo de antropólogos, advogados, médicos, jornalistas e estudantes para defender os direitos dos povos indígenas frente às crescentes ameaças do regime ditatorial vigente naquela época (Comissão Pró-Índio de São Paulo, 2018).

²² Índio é nós: não somos um grupo, somos vários, unidos na resistência contra os ataques às terras e às vidas dos índios no Brasil (Índio é nós, 2014).

²³ Primeira rádio web indígena do Brasil.

²⁴ A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) é uma instância de aglutinação e referência nacional do movimento indígena no Brasil (APIB, 2018).

²⁵ A Mobilização Nacional Indígena é uma articulação entre povos indígenas e a APIB, com o apoio de diversas organizações e movimentos sociais.

²⁶ A organização criada pelos Kayapó das aldeias Kubenkokre, Pykany e Bau, objetivando a defesa de seus direitos.

lideranças importantes do movimento indígena, como Ailton Krenak²⁷ ou Davi Kopenawa Yanomami²⁸. Apesar destas ausências, o lançamento da candidatura de Sônia Guajajara à co-presidência da República parece ter sido uma estratégia correta para aumentar o protagonismo dos próprios indígenas em sua reivindicação pelo reconhecimento de seus direitos.

6 Considerações Finais

Este artigo teve como objetivo promover um debate introdutório sobre como a temática indígena foi abordada nas eleições de 2018. Esta pesquisa se faz pertinente em função do reconhecimento da manutenção de práticas discriminatórias contra estes povos, baseadas na manutenção de traços coloniais que sustentam o preconceito racial e étnico e dificultam o reconhecimento destas populações.

O pleito eleitoral de 2018 possui a peculiaridade de ter dois atores chave que deram visibilidade à causa indígena. Por um lado, temos Jair Bolsonaro, candidato pelo PSL que afirma de forma reiterada seu interesse em acabar com os territórios indígenas, com uma postura autoritária e discriminatória. Por outro, uma indígena do povo Guajajara, candidata ao cargo de vice-presidente pelo PSOL, buscando dar visibilidade à causa. Acreditamos que duas grandes redes no Twitter (uma pró e outra contra a causa indígena) se definiram no decorrer da campanha. Neste artigo, começamos o mapeamento da rede de apoiadores da causa indígena no Twitter.

A partir de um levantamento de perfis no Twitter no mês de junho de 2018, período anterior ao início da campanha eleitoral oficial, buscamos identificar quais são os principais atores que compuseram a rede que defendeu a causa indígena.

Pudemos constatar que, dentro da rede analisada, houve um número pequeno de perfis oriundos dos próprios povos indígenas. A grande maioria de perfis que formaram a rede foi composta por organizações não indígenas. Isto demonstrou a dificuldade destes atores em se fazerem visíveis na arena pública, dificuldade esta decorrente da persistência da colonialidade do poder, que hierarquiza povos e saberes dentro da sociedade brasileira. Apesar desta dificuldade, o número de candidatos indígenas para estas eleições chegou a um total de 131 candidatos que se autodeclararam indígenas, quando registrados no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Isto significa o reconhecimento da importância da estratégia de ocupação de cargos públicos por estes povos.

Na sequência do levantamento ora apresentado, realizamos um acompanhamento sistemático durante o período eleitoral no Twitter e no Facebook não só dos perfis já estudados neste trabalho, mas também de todos os candidatos que se autodeclararam indígenas no site do TSE. Um monitoramento no Twitter a partir da busca de palavras-chave sobre a temática indígena foi também realizado. Oportunamente, estes resultados serão publicados. Acreditamos que o contexto político, caracterizado por fortes polarizações ideológicas e o uso dos sites de redes sociais, possa trazer para o debate a luta pelo reconhecimento dos direitos dos povos indígenas.

²⁷ Ailton Alves Lacerda Krenak, mais conhecido como Ailton Krenak, é um líder indígena, ambientalista e escritor brasileiro. É considerado uma das maiores lideranças do movimento indígena brasileiro, possuindo reconhecimento internacional. Pertence à tribo indígena Krenak (Wikipédia, 2018).

²⁸ Davi Kopenawa nasceu por volta de 1956. Presidente fundador da associação Hutukara, que representa a maioria dos Yanomami no Brasil. Em 2009 foi condecorado com a Ordem do Mérito do Ministério da Cultura do Brasil (Kopenawa e Albert, 2015).

Referências

- AGÊNCIA FOLHA. *Índios elegeram 88 candidatos no último pleito*. Folha de S. Paulo, 23 de maio de 2004. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2305200427.htm>. Acesso em: 31 ago. 2018.
- AGÊNCIA PÚBLICA. *Conheça as 11 bancadas mais poderosas da Câmara*. Congresso em Foco, 19 de fevereiro de 2016. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/conheca-as-11-bancadas-mais-poderosas-da-camara/>. Acesso em: 31 jul. 2018.
- AGGIO, Camilo. Internet, Eleições e Participação: Questões-chave acerca da participação e do ativismo nos estudos em campanhas online. In: MAIA, Rousiley C. M.; GOMES, Wilson S.; MARQUES, Francisco Paulo J. A. (Orgs.). *Internet e Participação Política no Brasil*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2011. p. 175-195.
- AMAZÔNIA REAL. *Por que?* Amazônia Real, s.d. Disponível em: <http://amazoniareal.com.br/por-que/>. Acesso em: 31 jul. 2018.
- ARTICULAÇÃO DE POVOS INDÍGENAS NO BRASIL. *Candidaturas indígenas*. APIB, 21 de setembro de 2018. Disponível em: <http://apib.info/2018/09/21/candidaturas-indigenas/>. Acesso em: 30 set. 2018.
- _____. *Quem somos*. APIB, s.d. Disponível em: <http://apib.info/apib/>. Acesso em: 31 jul. 2018.
- BANIWA, Gersem. A conquista da cidadania indígena e o fantasma da tutela no Brasil contemporâneo. In: RAMOS, Alcida R. *Constituições Nacionais e Povos Indígenas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. p. 206-226.
- BARNARD, Lisa; KREISS, Daniel. A Research Agenda for Online Political Advertising: Surveying Campaign Practices, 2000-2012. *International Journal of Communication*, Los Angeles, v. 7, p. 2046-2066, 2013.
- BENITES, Afonso. *Indígenas articulam eleger bancada para fazer frente à Bancada Ruralista*. El País Brasil, 27 de abril de 18. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/27/politica/1524790843_850691.html. Acesso em: 31 jul. 2018.
- BRAGA, Sérgio; SAMPAIO; Rafael Cardoso; CARLOMAGNO, Márcio Cunha; *et al.* Eleições online em tempos de ‘big data’: Métodos e questões de pesquisa a partir das eleições municipais brasileiras de 2016. *Estudos em Comunicação*, Corvilhã, n. 25, p. 253-285, dez. 2017.
- CÂMARA NOTÍCIAS. *Sem consenso, PEC da demarcação de terras indígenas está pronta para votação*. Câmara Notícias, 27 de janeiro de 2016. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITO-E-JUSTICA/503059-SEM-CONSENSO,-PEC-DA-DEMARCAÇÃO-DE-TERRAS-INDÍGENAS-ESTA-PRONTA-PARA-VOTAÇÃO.html>. Acesso em: 31 jul. 2018.
- CARDON, Dominique. *A democracia internet – promessas e limites*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2012.
- CASTILHO, Alceu. *Candidatos indígenas se elegem em cinco regiões do país*. De Olho nos Ruralistas, 03 de outubro de 2016. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2016/10/03/norte-nordeste-sudeste-e-centro-oeste-elegem-candidatos-indigenas/>. Acesso em: 31 jul. 2018.
- CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA (CTI). *Centro de Trabalho Indigenista - CTI*. CTI, s.d. Disponível em: <https://trabalhoindigenista.org.br/o-cti/quem-somos/>. Acesso em: 31 jul. 2018.

CODATO, Adriano; LOBATO, Tiemi; CASTRO, Andréa Oliveira. “*Vamos Lutar, Parentes!*” As candidaturas indígenas nas eleições de 2014 no Brasil. *RBCS*, São Paulo, v. 32, n. 93, p. 1-24, fev. 2017.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. *Nossa História*. CPISP, s.d. Disponível em: <http://cpisp.org.br/quem-somos/nossa-historia/>. Acesso em: 31 jul.2018.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. *Documento final do ATL 2018 – O nosso clamor contra o genocídio dos nossos povos*. CIMI, 24 de abril de 2018. Disponível em: <https://cimi.org.br/2018/04/documento-final-do-atl-2018-o-nosso-clamor-contra-o-genocidio-dos-nossos-povos/>. Acesso em: 31 ago. 2018.

_____. *CIMI - Conselho Indigenista Missionário*. CIMI, s.d. Disponível em: <https://cimi.org.br/o-cimi/>. Acesso em: 31 jul. 2018.

_____. *Relatório da violência em 2015*. CIMI, s.d. Disponível em: <https://cimi.org.br/relatorioviolencia2015/>. Acesso em: 31 jul. 2018.

DOLZAN, Márcio. ‘Não podemos abrir as portas para todo mundo’, diz Bolsonaro em palestra na Hebraica. Estadão, 03 de abril de 2017. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,nao-podemos-abrir-as-portas-para-todo-mundo-diz-bolsonaro-em-palestra-na-hebraica,70001725522>. Acesso em: 31 jul. 2018.

GIBSON, Rachel. Party change, social media and the rise of ‘citizen-initiated’ campaigning. *Party Politics*, s.l., v. 21, n. 2, p. 183-197, 2015.

GOVERNO FEDERAL. *Brasil tem quase 900 mil índios de 305 etnias e 274 idiomas*. Governo do Brasil, 10 de agosto de 2018. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/governo/2012/08/brasil-tem-quase-900-mil-indios-de-305-etnias-e-274-idiomias>. Acesso em: 31 jul. 2018.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 80, p. 115-147, mar. 2008.

ÍNDIO É NÓS. *Quem somos*. @Indio_eh_nos, março de 2014. Disponível em: https://twitter.com/Indio_eh_nos. Acesso: 31 jul. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *IBGE mostra as cores da desigualdade*. IBGE, 11 de maio de 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21206-ibge-mostra-as-cores-da-desigualdade>. Acesso em: 31 jul.2018.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. *Cresce número de indígenas eleitos*. ISA, 31 de outubro de 2018. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-monitoramento/cresce-numero-de-indigenas-eleitos>. Acesso em: 31 ago. 2018.

_____. *O ISA*. São Paulo, s.d. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/o-isa>. Acesso em: 31 jul. 2018.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KREISS, Daniel. Digital Campaigning. In: COLEMAN, Stephan; FREELON, Deen (Orgs.). *Handbook of Digital Politics*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2015. p. 118-135.

LEITE, Leticia Maria de Freitas. *Juventude Indígena Conectada: narrativas da nova geração do Território Indígena do Xingu (TIX)*. Dissertação (Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais), Universidade de Brasília, 158 f., Brasília, 2017.

LIMA, Márcia. Desigualdades raciais e políticas públicas: as ações afirmativas no governo Lula. *Novos Estudos – CEBRAP*, São Paulo, n. 87, p. 77-95, jul. 2010.

- MEDEIROS, Étore; FONSECA, Bruno. *As bancadas do Senado*. Pública, 02 de junho de 2016. Disponível em: <http://apublica.org/2016/06/truco-as-bancadas-do-senado/>. Acesso em: 31 jul. 2018.
- MONARCHA, Hellen. *Trajetórias Iniciais: memória das sociedades indígenas no Twitter*. In: 3. Simpósio Hipertexto e Tecnologias na Educação: Redes Sociais e Aprendizagem, 2010, Recife.
- PAULA, Luís Roberto. *A participação indígena em eleições municipais (1976 a 2016): uma sistematização quantitativa preliminar e alguns problemas de investigação*. Boletim Eletrônico Resenha & Debate – Nova série, v. 2. Rio de Janeiro: LACED, 2017.
- POVOS INDÍGENAS NO BRASIL. *Quem somos*. Povos Indígenas no Brasil, s.d. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Quem_somos. Acesso: 31 jul. 2018.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. CLACSO: Buenos Aires, 2005. p. 107-130. Colección Sur Sur.
- _____. Colonialidad del poder y clasificación social. *Journal of World-System Research*, Pittsburgh, v. 6, n. 2, p. 342-386, 2000.
- RECUERO, Raquel; BASTOS, Marco; ZAGO, Gabriela. *Análise de redes para mídia social*. Porto Alegre: Sulina, 2015.
- RUFINO, Marcos. *Índios e as eleições*. Povos Indígenas no Brasil, setembro de 2000. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Índios_e_as_eleições. Acesso em: 31 ago. 2018.
- SÁNCHEZ DUARTE, José Manuel. La red como espacio para la militancia política: tecnología y participación en campaña electoral. *Communication & Society*, Pamplona, v. 29, n. 3, p. 33-47, 2016.
- _____. Participación digital en los partidos políticos. Autonomía y prácticas de militancia en red. *Digitos – Revista de Comunicación Digital*, Valencia, n.1, p. 59-69, 2015.
- SANTOS, Marcelo A. Campanha não oficial – A Rede Antipetista na eleição de 2014. *Revista Fronteiras – Estudos Midiáticos*, São Leopoldo, v. 19, n. 1, p. 102-119, jan.- abr. 2017.
- SPERB, Paula. *Vice de Bolsonaro: país herdou indolência do índio e malandragem do negro*. Veja, 08 de agosto de 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/rio-grande-do-sul/vice-de-bolsonaro-pais-herdou-indolencia-do-indio-e-malandragem-do-negro/>. Acesso em: 31 ago. 2018.
- SVAMPA, Maristella. Consenso de los Commodities y lenguajes de valoración en América Latina. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. 244, p. 30-46, mar. -abr. 2013.
- VACCARI, Cristian. From the air to the ground: the internet in the 2004 US presidential campaign. *New Media Society, s.l.*, v. 10, n. 4, p. 647-665, 2008.
- VERDUM, Ricardo. *É possível criar um partido Indigenista no Brasil?* Nota técnica, 94. Goiás: INESC, 2004.
- VIVEROS DE CASTRO, Eduardo. O recado da Mata. In: KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu – palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 11-42.
- WIKIPÉDIA. *Ailton Krenak*. Wikipédia, 6 de dezembro de 2018. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ailton_Krenak. Acesso em: 31 jul. 2018.
- XINGU VIVO. *Quem somos*. MXVPS, s.d. Disponível em: <http://www.xinguvivo.org.br/quem-somos/>. Acesso: 31 jul. 2018.

Artigo recebido em: Setembro/2018
Artigo aprovado em: Dezembro/2018

Marcus Abílio (magopebh@gmail.com) é professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutor em Sociologia Política pela Universidade de Coimbra/Portugal.

Maria Alice Silveira Ferreira (m.alicesilveira@gmail.com) é doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestra em Ciência Política pela mesma universidade.

Ainda Invisíveis? Eleições 2018 e a Questão Indígena no Twitter

Resumo. As eleições presidenciais de 2018 tiveram a participação de Sonia Guajajara, indígena do povo Guajajara, candidata à Vice-Presidência da República pelo PSOL. Trata-se de algo inédito para a democracia brasileira, pois historicamente os povos indígenas têm estado à margem dos espaços de representação política. As razões para esta invisibilidade estão relacionadas à manutenção de traços coloniais que sustentam o preconceito racial e étnico e dificultam o reconhecimento das populações indígenas. O presente artigo busca analisar no Twitter quais são os principais atores políticos que compuseram a rede que defendeu a causa indígena no período de pré-campanha eleitoral. Os achados demonstram que os principais defensores da causa indígena que formaram a rede pesquisada eram oriundos de organizações não-governamentais formadas por não indígenas.

Palavras-chave: Eleições 2018; Internet; Povos Indígenas; Twitter.

Do They Still Invisible? The Elections of 2018 and the Indigenous Issue on Twitter

Abstract. The presidential elections of 2018 will have the participation of Sonia Guajajara, indigenous of the Guajajara people, candidate for the Vice-Presidency of the Republic by PSOL. This is something unprecedented for Brazilian democracy, since historically indigenous peoples have been marginalized from the spaces of political representation. The reasons for this invisibility are related to the maintenance of colonial features that sustain racial and ethnic prejudice and make it difficult to recognize indigenous populations. The present work seeks to analyze on Twitter which are the main political actors that make up the network that defends the indigenous cause in the period of pre-electoral campaign. The findings demonstrate that the main proponents of the indigenous cause that compose the researched network come from non-governmental organizations formed by non-indigenous people.

Key-words: Elections of 2018; Internet; Indigenous People; Twitter.